

A história do pensamento político como história do discurso político: considerações acerca do Whiggism no contextualismo linguístico de John Pocock *

*André Luiz da Silva ***

Resumo. Desde meados dos anos 1960, Quentin Skinner (1966), John Dunn (1968) e John Pocock (1962) têm exercido grande influência acadêmica por meio da apresentação de um método que inaugurou a concepção de certo revisionismo para os estudos do pensamento político. Neste método, passa a ser critério de grande importância a possibilidade de uma reinterpretação da história das ideias políticas diante da reconstrução do discurso político produzido por atores históricos que participaram da ação política de um determinado período. Trata-se do método conhecido como contextualista, que enxerga na historiografia um critério importante para estabelecer uma espécie de pensamento político. Diante disso, este artigo busca expor algumas considerações acerca dos estudos de J. G. A. Pocock, importante representante desta vertente, explorando, primeiro, alguns aspectos centrais de seu método, isto é, atentando para o modo de apreensão de uma história de discursos e ideologias como história do pensamento político (I). Depois, expõe-se como Pocock estabelece relações entre pensamento político e historiografia, explorando seu método a partir do exemplo encontrado em alguns aspectos de sua análise sobre as origens do Whiggism, posto que Pocock encontre um sentido específico em Dois Tratados sobre o Governo, de John Locke, enquanto estabelece relações de certas passagens deste texto com aquilo que se entende como elementos fundamentais na construção ideológica dos Whigs (II).

Palavras-chave: Contextualismo; Locke; Pocock; Whiggism.

The history of political thought as the history of political discourse: Considerations on Whiggism in John Pocock's linguistic contextualism

Abstract. Since the mid-1960s Quentin Skinner (1966), John Dunn (1968) and John Pocock (1962) influenced the academy by presenting a method that inaugurated a type of revisionism in studies on political thought. A criterion

* Artigo recebido em 25/04/2013. Aprovado em 21/07/2013.

** Doutorando em Ciência Política pela USP, São Paulo, Brasil. Bolsista do CNPq. Este trabalho é fruto da investigação desenvolvida junto ao projeto de pesquisa intitulado "Direitos humanos, Estado e soberania: alguns problemas teóricos e práticos", financiado pela Fundação Araucária-PR. E-mail: andre_slv@hotmail.com

of great importance was the possibility of a reinterpretation of the history of political ideas in the wake of the reconstruction of political discourse produced by historical agents who participated in the political activities of a specific period. The method, known as contextualism, perceived within historiography an important criterion to establish a sort of political thought. Current essay discusses the studies of J. G. A. Pocock, an important representative of the above, and exploits the main aspects of his method, or rather, the comprehension of the history of discourses and ideologies such as the history of political thought. Further, the essay deals with the manner Pocock establishes relationships between political thought and historiography through an investigation of his method on his analysis on the origins of Whiggism. In fact, Pocock finds a specific meaning in John Locke's *Two Treatises of Government* and establishes relationships with certain passages from the text on the fundamental elements in the ideological construction of the Whigs.

Keywords: Contextualism; Locke; Pocock; Whiggism.

La historia del pensamiento político como historia del discurso político: consideraciones acerca del *Whiggism* en el *contextualismo* lingüístico de John Pocock

Resumen. Desde mediados de los años sesenta, Quentin Skinner (1966), John Dunn (1968) y John Pocock (1962) han ejercido una gran influencia académica a través de la presentación de un método que inauguró la concepción de un cierto revisionismo para los estudios del pensamiento político. En este método, la posibilidad de una reinterpretación de la historia de las ideas políticas frente a la reconstrucción del discurso político producido por actores históricos que participaron de la acción política de un determinado período es un criterio de gran importancia. Es un método conocido como *contextualista*, que ve en la historiografía un importante criterio para establecer una especie de pensamiento político. Este artículo trata de exponer algunas consideraciones acerca de los estudios de J. G. A. Pocock, importante representante de esta vertiente, primero, explorando algunos aspectos centrales de su método, o sea, tratando de comprender el modo de aprehensión de una historia de discursos e ideologías como historia del pensamiento político (I). Después, se expone cómo Pocock establece relaciones entre pensamiento político e historiografía, empleando su método a partir del ejemplo encontrado en algunos aspectos de su análisis sobre los orígenes del *Whiggism*, ya que Pocock encuentra un sentido específico en *Dos*

tratados sobre el gobierno, de John Locke, mientras establece relaciones de algunas partes de este texto con lo que se entiende como elementos fundamentales en la construcción ideológica de los *Whigs* (II).

Palabras Clave: Contextualismo; Locke; Pocock; Whiggism.

(I) Se, conforme John Pocock (2003), não se pode apresentar uma prática sem também apresentar uma teoria, pode-se dizer que sua teoria seja melhor apreendida mediante a exposição de sua prática no trato da história do pensamento político. Por isso, para tratar de seu método, Pocock lança mão do termo *métier d'historien*, indicando qual seria o ofício do historiador das ideias, no sentido da maneira de estabelecer uma prática. Tal maneira implica que aquilo que foi tratado como história do pensamento político seja tratado como história do discurso político¹: o *métier d'historien* envolve a história de atores que pensaram, mas que se constitui precisamente como história quando há, a partir desse pensamento, uma atividade ou uma continuidade de ação, constituída por coisas sendo feitas e coisas acontecendo, por ações e performances e pelas condições sob as quais essas ações e performances foram representadas e realizadas, e que foram direta ou indiretamente modificadas pelas ações realizadas sob e sobre elas. É nesse sentido que aquilo que foi tratado como história do pensamento político passa a ser tratado como história do discurso político, pois, expõe Pocock, o próprio campo de estudos se constitui por atos de discurso, sejam eles orais, manuscritos ou impressos e pelas condições e contextos em que esses atos foram emitidos.

¹ Conforme Pocock (2003, p.24), a expressão “história do pensamento político” de forma alguma é inadequada. As atividades a cujo estudo ela nos remete são visivelmente atividades de homens e mulheres pensantes. A linguagem que eles empregam é autocrítica e autodepuradora e, com frequência, se eleva até os níveis da teoria, da filosofia e da ciência. No entanto, as mudanças por que tem passado esse ramo da historiografia podem ser caracterizadas como um movimento de abandono da ênfase na história do pensamento (e de forma ainda mais acentuada, “das idéias”) rumo a uma ênfase de algo bastante diferente – por isso a expressão “história do discurso” – embora nem isenta de problemas nem irrepreensível – parece ser a melhor terminologia encontrada até o momento.

Nesse sentido, Pocock chama atenção para o fato de que para cada coisa a ser dita, escrita ou impressa deve haver uma linguagem na qual ela possa ser expressa, um dos contextos primários de cada ato de enunciação é aquele oferecido pelo modo de discurso institucionalizado: é a própria linguagem que determina o que nela pode ser dito, ainda que ela possa ser modificada pelo que nela é dito. Existe uma história que se forma nas interações entre *parole* (discurso) e *langue* (língua) e, portanto, para Pocock, o contexto linguístico é um ponto de partida promissor nos estudos da história do discurso político, posto que o pensamento deve ser anunciado para poder ter uma história e que tal história pode ser vista como uma interação entre o ato de fala e a linguagem, isto é, entre *parole* e *langue*, tal como diferenciou a linguística estrutural de Ferdinand Saussure. Esta diferenciação é importante porque aponta para atos de fala que, ainda que se façam sempre numa língua que pode ser objeto da linguística, podem sofrer influência de outros fatores que não a estrutura da língua.

Para Pocock (2003, p. 65), dar importância às linguagens do pensamento político implica preocupar-se com as linguagens restritas a uma atividade específica, retórica, vocabulários especializados e gramáticas, modos de discursar ou falar sobre a política que foram criados, difundidos e empregados no discurso político de atores históricos. Trata-se mais de estudar as linguagens em que as enunciações foram efetuadas que as próprias enunciações; portanto, deve-se tomar cuidado para que um estilo individual não se confunda com a língua em que foi feita uma enunciação. Para postular uma “linguagem”, deverá ser possível que pelo menos dois autores a utilizem, uma “linguagem” é encontrada como contexto, não como texto.

Quando Pocock utiliza-se do termo linguagens (*languages*), ele pretende então significar sublinguagens, ou seja, idiomas, retóricas, maneiras de falar sobre política e jogos de linguagem distinguíveis, cada qual podendo ter seu

vocabulário, regras, pré-condições, implicações, tons e estilos. As sublinguagens podem, portanto, ser muitas no interior de uma determinada língua. Não obstante, a prática do historiador do discurso político passa pelo aprendizado dessas linguagens em que se realizou o discurso político ao mesmo tempo em que se estudam os atos de enunciação que foram emitidos nessas linguagens.

Conforme Pocock (2003, p. 66), o historiador deve mover-se da *langue* para a *parole*, isto é, do aprender as linguagens para determinar os atos de enunciação que foram feitos dentro delas e, a partir daí, poderá começar a pesquisar, com este parâmetro, em busca dos efeitos desses atos, geralmente com relação às circunstâncias e ao comportamento de outros agentes que usaram ou estavam expostos ao uso dessas linguagens, e mais especificamente sobre as linguagens dentro das quais esses atos foram efetuados. Essa história é mais uma história dos discursos e do desempenho que de estados de consciência.

O historiador deve, portanto, comprometer-se com a descoberta da presença dos vários contextos linguísticos nos quais o discurso foi realizado em determinados momentos. O contexto linguístico é um fenômeno histórico, sua criação e difusão devem-se, em grande parte, à autoridade das elites intelectuais de cada época, então, trata-se, primeiro, do fenômeno de como os estudiosos profissionais se envolveram na administração dos assuntos de terceiros e os obrigaram a discursar nas linguagens que eles haviam desenvolvido.

Contudo, é também a história de como os grupos leigos se apropriaram de idiomas profissionais para propósitos não profissionais, de como empregaram idiomas de outras fontes modificando seus efeitos, ou de como desenvolveram uma retórica de hostilidade à imposição de uma linguagem sobre si. Assim, é importante que o estudo da linguagem política tenha como ponto de partida as linguagens dos grupos dos governantes, mas também é importante o fato de que quanto mais institucionalizada for uma linguagem e

quanto mais pública ela se tornar, mais ela estará disponível para os propósitos de diversos locutores articulando diversas preocupações. A linguagem tem uma política própria.

Em sua prática, diz Pocock (2003, p. 69), o historiador do discurso político constata entre os idiomas que emergem do texto que alguns são linguagens de corporações profissionais que articulam as práticas que as tornaram poderosas dotando, dessa forma, seu discurso de autoridade na sociedade, como, por exemplo, a linguagem jurídica. Mas sua experiência vai além, ele pode encontrar também a linguagem de livros sagrados e a linguagem daqueles que a empregam. O historiador pode, ainda, ver-se lidando com uma rede de homens de letras, profissionais ou diletantes, já estabelecidos ou pretendendo estabelecer-se, que empregam a linguagem de grupos profissionais, sem necessariamente pertencer a elas, e são capazes de adaptar esses idiomas ou retóricas aos objetivos de seu próprio discurso, bem como de gerar e desenvolver idiomas e retóricas próprias nesse processo.

Assim, o historiador lida com idiomas gerados pela retórica do discurso, com modos de discurso formulados no interior da discussão de temas e problemas específicos, ou com estilos de discursos que perpetuam os estilos de poderosos e idiossincráticos autores, ele lida com uma única, embora múltipla, comunidade de discurso. A linguagem do discurso, que pode ser decomposta, como quer Pocock, em sublinguagens ou idiomas, deve ser vista como passível de gerar esses idiomas no interior da atividade do seu próprio discurso, bem como tomar emprestado ou ser invadida por idiomas originados em outras comunidades de discurso.

As camadas de contextos lingüísticos que o nosso historiador-arqueólogo traz à tona são, portanto, de caráter muito heterogêneo. Algumas são linguagens da prática profissional, que, por alguma razão, entraram na linguagem da política e se tornaram idiomas nos quais o discurso político é comumente realizado. Outras são idiomas, modos ou estilos retóricos, que podem ser mais bem compreendidos como algo que se originou no interior do discurso e da retórica da política, como resultado de lances ou *performances*

operadas pelos autores e atores no âmbito da política. Enfatizar o primeiro tipo de linguagem é enfatizar a estrutura social, é sublinhar que estamos focalizando um discurso articulado por clérigos, juristas, humanistas, professores, ou talvez grupos leigos e, ocasionalmente, pelas heresias definidas por sua exclusão de uma ou outra dessas categorias. Enfatizar o último tipo, é enfatizar o discurso, é sublinhar que estamos olhando para um discurso articulado por locutores atuando no interior de uma atividade em andamento, atividade de debate e discussão, de retórica e teoria, efetuando atos cujo contexto é o do próprio discurso (POCOCK, 2003, p. 70).

É assim que Pocock distingue duas perspectivas a respeito da criação e difusão de linguagens políticas, o da produção social de linguagens e o da produção retórica, cada um implicando um grupo de prioridades. Contudo, o historiador-arqueólogo, que descobre as camadas de linguagem que um texto contém, vê-se obrigado a adotar as duas perspectivas, que para ele não são categoricamente distintas, ainda que seja mais difícil falar de uma linguagem como um fenômeno histórico identificável neste último caso. Quanto mais o historiador lidar com estilos individuais de enunciação, com a criação de indivíduos identificáveis, maior se torna o perigo de confundir *parole* com *langue* e interpretação com identificação. Um estilo individual de enunciação não é, necessariamente, uma linguagem; o historiador não pode dizer que encontrou uma linguagem reduzindo a história a um texto, que existe na medida em que é possível interpretá-lo, e no qual encontra um estilo com o qual lê as enunciações de pessoas que discursaram no passado e atribui modos e níveis de significado a elas. A meta do historiador deve ser provar que sua descoberta de uma linguagem não é significação ou invenção sua, mas que realmente existia antes de sua descoberta.

Conforme Pocock, a confiança do historiador de que uma linguagem não seja produto de sua própria mente pode aumentar (a) à medida que ele puder demonstrar que diferentes autores operaram diferentes atos na mesma linguagem, empregando-a como modo de discurso; (b) à medida que puder demonstrar que cada qual discutiu o uso que os demais fizeram dela, que inventaram linguagens de segunda ordem para criticar seu uso e que a

identificaram, verbal e explicitamente, como uma linguagem que estavam utilizando; (c) à medida que ele puder prever as implicações, as insinuações, os efeitos paradigmáticos, as problemáticas etc., que o uso de uma determinada linguagem teria acarretado em situações específicas e mostrar que suas previsões se realizaram ou foram desmentidas; (d) à medida que ele vivenciar surpresa diante da descoberta de uma linguagem familiar em lugares em que não esperaria encontrá-la e (e) à medida que ele deixar de considerar linguagens não disponíveis para os autores sob análise (2003, p. 71).

Com esses cuidados e ressalvas, o historiador poderá aprender uma linguagem para poder expressar, em sua própria linguagem, os pensamentos de outrem e, desse modo, o historiador tem espaço para o distanciamento crítico e para o distanciamento histórico. Sua linguagem contém seus próprios recursos para afirmar que ele está interpretando de forma adequada a *parole* de outrem e para afirmar que essa *parole* estava, de fato, sendo desenvolvida naquela *langue*. Desse modo, o historiador também evita linguagens que não poderiam corresponder às linguagens de um determinado texto, ele adquire algum discernimento acerca das diferentes linguagens.

Esse discernimento que o historiador adquire refere-se a sua capacidade de reinstitucionalizar linguagens, isto é, de mostrar como linguagens, que à primeira vista parecem pertencer a um único autor, foram fontes conhecidas e reconhecidas de uma comunidade de discurso, de mostrar que foi uma linguagem disponível e utilizada por mais de um ator dessa comunidade. Ora, uma linguagem deve ser um jogo reconhecidamente aberto a mais de um jogador, e esse caráter da linguagem dá ainda mais relevância àquela distinção exposta por Pocock entre a criação e a difusão social e a criação e difusão retórica de linguagens.

Se os atores operam atos de fala no interior de uma língua, a história do discurso deve estar situada entre *parole* e *langue*, entre ato de fala e contexto

linguístico. Mas, além disso, Pocock (2003, p. 74) expõe que a criação e a difusão de linguagens devem ser vistas em andamento no interior da atividade discursiva e nas interações entre o discurso e outros fenômenos sociais. O historiador deve, portanto, além de identificar os contextos linguísticos em que atos de fala são emitidos e estudar a criação de linguagens em qualquer lugar no contexto social e sua difusão no interior da atividade do discurso político, ainda poder mostrar que a *performance* de atos de fala não apenas modifica a linguagem, mas que também leva à criação e à difusão de novas linguagens. Novas linguagens podem surgir por meio das atividades, práticas e contextos da sociedade ou por meio das interações entre *langue* e *parole* em uma sequência de discurso em andamento.

Assim, o *métier* do historiador implica, portanto, aprender uma série de linguagens e estabelecê-las como contextos nos quais os atores efetuam atos de enunciação. Desse modo, pode-se entender melhor como esses atos modificam seus contextos e como essas mesmas mudanças acarretam a criação e a difusão de novas linguagens e novos contextos. A literatura, forma de discurso desenvolvida por meio da produção de textos, é também parte do *métier* do historiador, pois, no sentido que Pocock atribui a ela, é também um acontecimento histórico: são *paroles* muito complexas, que são inteligíveis nos termos das *langues* das quais provieram e de seus efeitos sobre elas, bem como sobre os mundos em que foram enunciados. O historiador deve desvelar as linguagens ou idiomas do discurso que debatedores e retóricos competentes mesclaram em um texto ou numa sequência de discursos. Tais idiomas surgem a partir de várias fontes e podem provir de sociedades e momentos históricos não mais existentes, eles são específicos para a *performance* de atos e para a transmissão de mensagens específicas a eles mesmos.

Se um texto apresenta vários idiomas, o historiador deve buscar vê-lo como uma série de enunciações que pode efetuar tanto uma série unitária

quanto uma série plural de atos. Pocock diz que a linguagem da política é intrinsecamente ambivalente; tanto o passado quanto o futuro de um texto, fornecem campo para sublinhar a diversidade e a heterogeneidade das enunciações que ele pode estar efetuando ou ter efetuado. O autor estava fazendo algo ao publicar um texto, e é a partir daí que o historiador pode, depois de apontar suas descobertas acerca dos idiomas encontrados em um texto, demonstrar como a *parole* agiu sobre a *langue* (2003, p. 75).

O historiador deve mostrar que um determinado texto foi verbalizado e realizado em uma diversidade de idiomas, cada um constituindo um modo convencional de enunciação e exercendo uma força paradigmática, depois, o historiador pode apresentar uma explicação acerca de uma variedade de atos de fala que o texto e o autor podem ter realizado ou visado realizar, apontando a relação daquela diversidade de idiomas que compõem uma verbalização com as situações históricas e os contextos em que o autor estava situado e as quais, não obstante, sua enunciação se vinculava. A partir disso, segue Pocock, o historiador pode estabelecer duas classificações acerca dos atos visados e realizados em cada um dos vários idiomas dos textos, ou em todos estes juntos, entre os mais rotineiros e os mais específicos.

À primeira distinção, Pocock chama de enunciação de convenções e à segunda de aplicação das convenções. As convenções, os paradigmas e as diretrizes de que se pode considerar composta uma linguagem política podem ser aplicadas a outras circunstâncias políticas históricas, que não aquelas que elas convencionalmente pressupõem, quando isso ocorre, dois processos podem ser apontados: primeiro, as novas circunstâncias e os problemas relativos ao pensamento e à ação que elas geram serão assimilados às circunstâncias pressupostas pelas velhas convenções que continuarão a governá-las. Segundo, as novas circunstâncias geram tensões nas velhas convenções e a linguagem acaba sendo usada de novas maneiras, ocorrem

transformações na linguagem em uso e é possível imaginar esse processo conduzindo à criação e à difusão de novas linguagens.

A sequência desses fenômenos é objeto do historiador que deve entender que a criação de uma nova linguagem pode ter lugar tanto na tentativa de manter a velha linguagem quanto na tentativa de querer mudá-la e, que o uso de qualquer linguagem pode ser mais ou menos difundido. Para Pocock (2003, p. 77), precisamos tanto da morfologia da *langue* quanto da dinâmica da *parole*, já que algumas mudanças linguísticas podem parecer causadas por uma coincidência ou consenso de atos de fala efetuados por tantos atores, em tantas situações linguísticas e com intenções tão diversas, que é mais fácil pensar que elas ocorreram fortuitamente e não realmente como resultado de alguma intenção; ou ainda porque, por outro lado, alguns atores adquirem o valor de autoridades que devem ser seguidas ou de adversários que devem ser rejeitados, o que pode acarretar uma ilusão historiográfica, já que se pode atribuir ao ator um papel, para mais ou menos, que ele realmente não teve; por isso, o papel de um ator não deve ser atribuído pelo historiador, mas pelos próprios atores históricos, o que dá importância crucial aos meios de compreender as mudanças na linguagem, a morfologia da *langue* e a dinâmica da *parole*.

Tem-se de pensar a mudança entendendo que a *parole* de um autor é uma resposta a pressões impostas sobre ele pelas *paroles* de outros e, quando se busca escrever história nos termos das interações entre *parole* e *langue*, é importante ver a *parole* de um autor como uma resposta às convenções da *langue* que ele utiliza. Pocock (2003, p. 78) define a inovação verbal como uma inovação que sugere e, conforme sua força, que impõe alguma mudança nas regras da linguagem política: ela pode propor alguma alteração nos signos de valor ou pode propor deslocar a discussão de um termo ou problema do contexto linguístico em que ele era convencionalmente discutido para algum outro contexto conhecido, mas ainda não considerado apropriado para a

discussão. Tais atos que sugerem a inovação de uma regra ou paradigma podem ser efetuados explicita ou implicitamente, intencional ou involuntariamente, muito dependerá da recepção e da resposta do leitor.

Paroles inovadoras provocam o nascimento de novas linguagens quando, em um dos casos, aqueles que desejam manter as velhas convenções o fazem não as reiterando, mas respondendo e refutando as propostas de algum autor inovador. Contudo, os que respondem a um adversário devem fazê-lo, diz Pocock (2003, p. 79), aceitando sua linguagem e seus pressupostos, mesmo que seja para negar sua aceitabilidade. Assim, um inovador bastante ressonante poderá impor uma nova linguagem ainda que, com frequência, não como era sua intenção.

(II) Esse método pode ser mais bem entendido à luz de sua aplicação nos textos de Pocock acerca da história das ideias políticas que são postas em debate no curso da história e, que, portanto, são parte de uma linguagem política que pertence a uma comunidade de falantes e que é atualizada por meio dessas ideias. Retomando o autor, a história de atores que pensaram constitui-se precisamente como história quando há, a partir desse pensamento, uma atividade ou uma continuidade de ação, constituída por coisas sendo feitas e coisas acontecendo, por ações e performances, e pelas condições sob as quais essas ações e performances foram representadas e realizadas, e que foram direta ou indiretamente modificadas pelas ações realizadas sob e sobre elas. É assim que se pode entender como Pocock (2002, p. 215) concebe a história do pensamento político na Inglaterra nos primeiros anos da Europa moderna, e em que sentido ele concebe a história dos primeiros *Whigs* na Inglaterra: como uma história de ideologia e discurso, pois tratar de uma história nos termos da ideologia e do discurso significa entender que aquilo que as pessoas afirmam estar fazendo e o modo pelo qual justificam suas afirmações é tão revelador quanto aquilo que elas realmente fazem.

Portanto, para entender como Pocock toma o surgimento do partido *Whig* como parte da história do discurso político, tem-se de atentar para qual eram as pretensões desses personagens que se manifestavam em seus discursos. Conforme Pocock (2002, p. 219), existe uma interpretação que entende que os primeiros *Whigs* eram uma facção que buscava fazer uma aliança de anglicanos e dissidentes com o intuito de antecipar a política de indulgência por meio da qual a coroa patrocinaria a dissidência e reduziria sua dependência da igreja e do partido da igreja; Carlos II, com a declaração de Indulgência de 1672, pretendia suspender as leis que penalizavam os dissidentes. Nessa interpretação, a questão central seria menos o estabelecimento constitucional que o religioso e, se é assim, tem-se de por em segundo plano a tradição que vê os primeiros *Whigs* preocupados, em primeiro lugar, em salvaguardar qualquer ganho que o parlamento pudesse ter herdado dos anos de guerra civil e interregno. Contudo, para Pocock (2002, p. 219), tomar apenas a religião como problema central impede que outras pesquisas sejam coordenadas em caminhos que são interessantes para a história da ideologia.

Pocock diz então que é preciso dar atenção para o aspecto ideológico de um fenômeno que nos anos que seguiram a restauração certamente não teria sido chamado de *Whig*, que é a emergência de uma distinção doutrinária latitudinária (*latitudinariam churchmanship*) no âmbito da igreja Anglicana, de uma religião racional voltada para moderação ou substituição do “entusiasmo” que agora era tido como a característica essencial do puritanismo. Haveria, no período da Restauração, certa redefinição do homem religioso que deixaria de ser tão profético para ser mais político: sua comunhão com Deus é exercida dentro de uma sociedade e de uma cultura. Emergia uma ordem mais racional do mundo que poderia reforçar a ordem política *Whig*, e essa emergência de uma distinção doutrinária latitudinária

que, de certa forma, foi assimilada pelos primeiros *Whigs*, caracteriza um dos desenvolvimentos ideológicos mais importantes da Restauração.²

Dessa característica resultou que as tentativas de sintetizar os argumentos políticos dos primeiros *Whigs* tiveram que desembaraçar a combinação instável de elementos radicais e conservadores que eles apresentavam. Mas, Pocock (2002, p. 220) diz que outra tentativa de síntese pode ser oferecida, que é o contexto teórico que estava por trás da apelação *Whig* acerca da antiguidade da *House of Commons*, isto é, o contexto do debate acerca da localização da soberania.

Nesse debate, os *Whigs* teriam sido tão responsivos quanto seus oponentes, e a preocupação *Whig* com a soberania parlamentar coexistiria com uma utilização de argumentos contra a influência excessiva do executivo nos procedimentos parlamentares, sendo possível encontrar nessa coexistência as origens conceituais do futuro cisma dos *Whigs*: alguns quiseram empregar argumentos a favor da soberania do Parlamento, outros quiseram se opor a empregar argumentos acerca da independência do poder representativo frente ao poder executivo e da propriedade frente à patronagem.³ Nesse contexto, o debate *Whig*, diz Pocock (2002, p. 222), poderia ser resumido com a seguinte pergunta: seria possível uma soberania parlamentar sem corrupção parlamentar?

² “The politics of church and monarchy in the Restoration were to be characterized, though never dominated or controlled, by the advent of latitudinarianism and the beginnings of an English (preceding Scottish) Enlightenment” (POCOCK; SCHOCHET, 1993, p. 179).

³ Conforme Cícero Araújo: O monarca, para preservar sua influência nas decisões, começa a constituir seu grupo de conselheiros e ministros entre os representantes do Parlamento. É claro que isso só teria efeito prático se fossem escolhidos entre os da corrente de opinião majoritária (os *Whigs*, durante certo tempo no séc. XVIII). Para atraí-los, o monarca dispunha de uma série de artifícios, entre os quais as pensões reais e a promessa de influência na máquina administrativa, especialmente no aparato colonial, que serviam de moeda de troca para a aprovação das iniciativas da Corte no Parlamento. Tal esquema de sustentação política do governo – que evidentemente envolvia apoios ostensivos para garantir que um grupo fechado de candidatos sempre fosse eleito – ficou conhecido na época como *patronage* (“patronagem”), e era um dos motivos para os adversários de referirem ao regime como “a oligarquia *Whig*” (2003, p. 14).

E é essa pergunta que pode expor uma característica histórica importante, que é a passagem dos primeiros *Whigs* para os *Whigs* da Revolução Gloriosa.

Em meados de 1680, os argumentos dos *Whigs* apresentavam muitas dualidades que Pocock diz ser consequência do debate que seguiu à republicação do texto de Filmer em 1679-80, algo que pode ser mais bem compreendido se, a partir da afirmação de que os *Dois Tratados sobre o Governo* foram escritos não depois de 1688 (cf. Laslett, 2005, p. 65), der-se atenção às considerações de Locke sobre o “apelo aos céus” e sobre a “dissolução do governo” que ainda não havia ocorrido. Locke voltou da Holanda para a Inglaterra no tempo em que o apelo aos céus havia sido feito, mas sem resultar na compreensão de uma dissolução do governo, e era esse apelo que fazia surgirem problemas na legitimação tanto dos eventos anteriores e posteriores à deposição de Jaime II quanto das instituições governamentais, tanto as antigas como as que ainda seriam estabelecidas. A revolução parece assim apresentar principalmente um problema de legitimação da autoridade. Algo que permeia a passagem dos primeiros *Whigs* para os *Whigs* da revolução.

O segundo interregno apresenta, então, o ponto em que os *Dois Tratados* de Locke dão força à argumentação acerca de uma doutrina da soberania original que pode legitimar um modo de restaurar o governo após sua dissolução, e que surge como um meio de justificar a ação de acelerar tal dissolução. Mas, Pocock (2002, p. 224) ressalta que ler os *Dois Tratados* dessa maneira, como antecipação da reconstrução, não é o mesmo que ponderar sua contribuição ao debate no qual eles foram publicados. Pois é no debate posterior que se trata de entender se, mesmo com a dissolução do governo, os argumentos de Locke poderiam garantir que as instituições tradicionais reteriam sua autoridade e se as ações levadas a cabo poderiam ser justificadas com alguma referência à lei, ou se a doutrina dos *Dois Tratados* era vista como desnecessária se o governo não havia sido dissolvido. Mas ponderar sua

contribuição ao debate no qual eles foram publicados implica outros problemas.

Pocock aponta que alguns grupos de *Whigs* desejavam que o governo fosse dissolvido e que a Convenção tivesse se autoproclamado uma assembleia constituinte buscando uma remodelação radical da constituição. É, portanto, difícil descobrir uma unidade ideológica ou um programa forte entre os *Whigs* descontentes. É possível identificar, por meio de alguns poucos panfletos, um grupo de primeiros *Whigs* bem comprometidos que queria usar a *Declaration of Rights* para efetivar uma aguda redução nos poderes da coroa, estes não eram nem os radicais de Londres nem republicanos doutrinários, mas defensores da exclusão cuja confiabilidade havia sido notada pelo próprio Shaftesbury.

Contudo, isto não é suficiente para identificá-los com outro grupo de eventuais panfleteiros defensores da exclusão, cujos meios de limitar os poderes da coroa eram insistir na necessidade de parlamentos frequentes, trienais senão anuais, e que com poucos anos vieram a lamentar que a revolução de 1688 houvesse falhado em efetivar a restauração daquilo que eles afirmavam ser uma liberdade constitucional antiga. Alguns deles, expõe Pocock (2002, p. 225), foram predecessores imediatos dos *Commonwealthmen* de Robbins e pertenciam àquele mundo do radicalismo de Londres com o qual Shaftesbury e Locke mantiveram contato, alguns haviam até estado com Locke na Holanda em seus anos de exílio e promoveram a expedição de Monmouth com seus manifestos populares e radicais. E é nesse âmbito que Pocock pauta a contribuição da publicação dos *Dois Tratados*.

Alguns *Whigs* não se apropriaram significativamente dos argumentos lockeanos, havia os que se baseavam na doutrina radical da dissolução do governo bem como aqueles nos grupos radicais que queriam fazer isso por meio da instituição de parlamentos frequentes, mas Locke rejeita ambos os casos e suas linguagens, e rejeita justamente por que as conhecia. A diferença

para a qual Pocock chama a atenção é que, em 1675, Shaftesbury e talvez Locke, em *Letter from a Person of Quality to his Friend in the Country*, haviam denunciado o prolongamento parlamentar como tendencioso para a corrupção e, depois das derrotas de 1679 e 1680, eles igualmente denunciaram a dissolução arbitrária do parlamento. A solução para este problema estava na eleição e reeleição de parlamentares com intervalos frequentes, mas regulados, os quais Harrington havia se empenhado em garantir com sua exposição de mecanismos de rotação e que os manifestos da *Good Old Cause* apresentaram como o principal objetivo dos soldados politicamente militantes de 1647-9.

Também haveria uma ligação dessa ideia com algo mais velho e mais urbano que Harrington, o antigo radicalismo encontrado em Londres com os *Agitators* e *Levellers* em 1647. Por isso, Pocock diz que se Locke estava envolvido em conspirar a insurreição em 1683 ou 1685, era com essas características dos radicais. É aí então que Pocock encontra uma linguagem política própria desses *Whigs*, uma linguagem tão antiga quanto os *Levellers*, na qual direitos naturais e direitos inatos históricos juntam-se em coexistência ou mesmo em uniformidade.

There arose a claim to the effect that frequent or annual parliaments were rooted in medieval or Anglo-Saxon antiquity, so that to deny them by prorogation or dissolution was to deny Englishmen their inheritance or birthright in the constitution. Here was an ancient constitutionalism more radical than Petyt's or Atwood's, closer to the concerns of the mero violent Shaftesbureans and serving to link them with their Commonwealth antecedents. It was among men of these antecedents, and professing such language, that Locke moved when, in London or Amsterdam, he moved in conspiratorial circles. The *Second Treatise*, we must suppose, was written at some time during the years when Locke was keeping such company and associating himself with conspiracy and insurrection, as he perhaps did with the Rye House plot, and very probably with Monmouth's rebellion (POCOCK, 2002, p. 226)⁴

⁴ “Surgiu uma afirmação no sentido de que parlamentos freqüentes ou anuais estavam enraizados na antiguidade Anglo-saxã ou medieval, de modo que negá-los pela dissolução ou prorogação era negar aos homens ingleses sua herança ou direito natural na constituição. Este era um antigo constitucionalismo mais radical que o de Petyt ou o de Atwood, mais próximo das preocupações dos Shaftesbureans violentos e que servia para ligá-los com seus antecedentes da Commonwealth. Foi entre os homens desses antecedentes, e professando sua linguagem,

Essa linguagem política pode ser encontrada no 13º capítulo do *Segundo Tratado*, onde Locke (2005, p. 524) rejeita explicitamente a posição de que os intervalos entre parlamentos possam ser concedidos como parte da constituição original do governo; para ele, o poder de reunir e de dispensar o parlamento deve ser reservado à prerrogativa.⁵ Trata-se de um poder depositado no executivo, mas que não lhe confere qualquer superioridade sobre o legislativo, trata-se somente de um encargo fiduciário que lhe é confiado para a segurança do povo, nos casos em que a incerteza e a inconstância dos negócios humanos fossem muito variantes.

O argumento de Locke é o de que os primeiros organizadores do governo civil não podem prever os acontecimentos futuros de modo a poderem prefixar os períodos de convocação e duração das assembleias do legislativo em todos os tempos por vir, por isso o melhor remédio que se pôde encontrar, diz Locke, foi confiar a questão à prudência de alguém que estivesse sempre presente e cuja tarefa fosse cuidar do bem público. Disso, Locke (2005, p. 525) conclui que se a reunião e as sessões do legislativo não podem ser estabelecidas pela constituição original, tal atribuição cai nas mãos do executivo, mas com o encargo de exercer esse poder em prol do bem público conforme exijam as ocorrências do tempo. Contudo, Locke ressalva que embora o poder

que Locke se mudou quando, em Londres ou em Amsterdan, moveu-se em círculos conspiratórios. O *Segundo Tratado*, devemos supor, foi escrito em algum momento durante os anos em que Locke estava em tal companhia e associando-se com conspiração e insurreição, como talvez tenha feito no caso da Rye House, e muito provavelmente com a rebelião de Monmouth” (POCOCK, 2002, p. 226). [Tradução minha].

⁵ “Esse poder de agir conforme a discrição em prol do bem público, sem a prescrição da lei e por vezes até contra ela, é o que se chama *prerrogativa*. Isso porque, como em alguns governos o poder legislativo nem sempre está em função e é, em geral, por demais numeroso e lento para a presteza exigida pela execução, e também porque é impossível prever e, conseqüentemente, prover pelas leis todos os acidentes e necessidades que possam interessar ao público ou elaborar leis tais que não causem danos se executadas com rigor inflexível em todas as ocasiões e sobre todas as pessoas que caíam sob a sua alçada, deixa-se ao poder executivo uma certa liberdade de ação para deliberar a seu critério acerca de muitas questões não previstas nas leis” (LOCKE, 2005, p. 530).

executivo possa ter a prerrogativa de convocar e dissolver tais convenções do legislativo, nem por isso se torna superior a ele.

O argumento de Locke tem então uma peculiaridade que parece pretender combater as possibilidades de retorno dos acontecimentos no reinado de Carlos II, que eram um objetivo claro nas atividades daquele grupo *Whig* que se posicionava contra o poder superior do executivo apontando os erros de Carlos II na utilização desse poder. Além disso, era parte do programa político de Shaftesbury e dos *Whigs* no parlamento em 1679 uma reforma dos distritos eleitorais, o que demonstra uma preocupação no mesmo sentido.

Conforme Pocock (2002, p. 227), o que faz então o argumento de Locke ser um argumento revolucionário são as afirmações de que a prerrogativa deva ser exercitada para o bem público; que seja confiada ao príncipe para que seja exercida dessa maneira, e se for exercida para causar algum dano público, por exemplo, na convocação e dissolução do parlamento, a confiança é dissolvida e com ela também o governo, e que os juízes a esse respeito são necessariamente o próprio povo, que podem apelar aos céus e assim proclamar que o príncipe se colocou em um estado de guerra com eles.

Salus populi suprema Lex é, com certeza, uma regra tão justa e fundamental que aquele que a segue com sinceridade não pode errar perigosamente. Se, portanto, o executivo, que tem o poder de convocar o legislativo observando mais a verdadeira proporção que os usos da representação, regula, não segundo os velhos costumes, mas pela verdadeira razão, o número de membros em todos os lugares que têm o direito de ser distintamente representados – ao qual nenhuma parte do povo, seja como tenha sido incorporada, pode jamais pretender, a não ser em proporção à assistência que proporciona ao público –, não se poderá julgar que tenha instituído um novo legislativo, mas sim restaurado o antigo e verdadeiro, e retificado as desordens que o passar do tempo terá insensível e inevitavelmente introduzido. (...) Não sendo a prerrogativa senão um poder que detém o príncipe de promover o bem público, nos casos em que, dependendo de ocorrências imprevistas e incertas, leis certas e inalteráveis não possam orientar com segurança, tudo quanto for feito manifestadamente para o bem do povo e o estabelecimento do governo sobre suas bases legítimas é e sempre será uma prerrogativa justa. O poder de erigir novas corporações e, com isso, novos representantes, traz em si a suposição de que, com o tempo, as medidas de representação podem mudar (...) E sempre que o povo escolher seus representantes com base em medidas justas e incavelmente

equânimes, adequadas à forma original do governo, não se poderá duvidar que tal seja a vontade e o ato da sociedade, seja quem for que o tenha permitido ou proporcionado (LOCKE, 2005, p. 524).

Conforme Pocock (2002, p. 228), essa argumentação de Locke certamente caracteriza uma doutrina revolucionária ou uma teoria da revolução, mas há espaço para debater em que sentido ela é uma teoria radical. Ela não expressa um constitucionalismo radical nem conservador, para Pocock, até certo ponto ela nem chega a ser uma doutrina constitucionalista, mas é uma defesa de uma prerrogativa exercida *pro salute populi* e marcada pela ameaça da dissolução do governo e da guerra civil por consequência. A linguagem de Locke é muito semelhante, diz Pocock, à linguagem dos homens desesperados nos primeiros anos que seguiram 1680, voltando-se para pensamentos da guerra civil ou para a ameaça de usá-la. Mas a conjunção de prerrogativa e revolução está bem longe do constitucionalismo dos *Levellers* e da *Good Old Cause*. O problema, Pocock continua, é explicar por que Locke rejeita a linguagem de seus sócios radicais, que continuaram a argumentar a favor de parlamentos frequentes como um direito constitucional sob fundamentos histórico-radicaís.

Conforme Pocock (2002, p. 228), a revolução de 1688-9 foi aceita pelos *Tories* sobre os fundamentos de que a antiga constituição fora estabelecida à parte, mais como um ato de necessidade que de direito, e de que um governo *de facto* havia se estabelecido até que o tempo resolvesse a situação. Isto era justificado por aqueles que Pocock denomina de *ruling Whigs* como um ato que carregava a estrutura da antiga constituição, legitimado por ela e projetado para preservá-la. Mas, Pocock ressalta que tais argumento não eram completos ou satisfatórios, por isso, Locke, insatisfeito com a defesa desses argumentos e também descontente com o forma que tomava a revolução em 1689, teria publicado os *Dois Tratados sobre o Governo* como um serviço para aqueles que defendiam que o que havia ocorrido era uma

dissolução do governo, uma reversão de poder para o povo, e uma oportunidade para uma reconstituição radical.

Speech is commonly public, and authors commonly publish their works, though the act of writing a text and the act of publishing it may be very different because performed in different situations; Locke's *Treatises of Government* currently offer the most notorious instance of this. The history of discourse is concerned with speech acts that become known and evoke response, with illocutions that are modified as they become perlocutions by the ways in which recipients respond to them, and with responses that take the form of further speech acts and countertexts (POCOCK, 2002, p. 18).⁶

Este seria o fator que deu a Locke certo lugar na continuidade do pensamento radical inglês. Pocock expõe que sempre existiram aqueles que defendiam que o ocorreu em 1688-9 foi uma dissolução do regime se não do governo, a eleição de um monarca pelo povo, e a afirmação do direito de novamente fazer o mesmo se fosse preciso, sendo que muitas vezes essas ideias apresentavam fundamentos lockeanos. Contudo, Pocock (2002, p. 229) afirma que o *Segundo Tratado* não pode encontrar um lugar para Locke nas ideias da principal corrente do radicalismo inglês, isto é, na defesa de parlamentos frequentes regularmente escolhidos pelo povo, que foram fundamentados no direito natural e no direito histórico nos manifestos do exército, dos *Levellers*, e na *Good Old Cause*. Era isso que se reafirmava por volta de 1675 e que voltava a ser afirmado por aqueles que Mark Goldie identificou como pertencentes “às raízes do verdadeiro *Whiggism*” na linguagem modificada pela alegação de que o parlamento era ameaçado com corrupção pelo executivo, mas isto não acontece com os *Dois Tratados* de Locke.

⁶ “O discurso é comumente público, e autores publicam seus trabalhos comumente, ainda que o ato de escrever um texto e o ato de publicá-lo possa ser muito diferente porque é realizado em situações diferentes; os *Tratados sobre o Governo* de Locke oferecem o exemplo mais notório desse caso. A história do discurso preocupa-se com atos de fala que se tornam conhecidos e evocam respostas, com elocuições que são modificadas quando se tornam perlocuções pelas formas como os destinatários respondem a elas, e com respostas que tomam a forma de novos atos de fala e contra-textos” (Pocock, 2002, p. 18). [Tradução minha].

Locke's career as a theorist and literary activist in the 1680s, it is evident, was very different from what it was in the 1690s, and the anonymous publication of the *Treatises* looks like an end rather than a beginning. Within a very short time he published the *Letter Concerning Toleration* and the *Essay on Human Understanding* (he even admitted authorship of the latter), and it is here, as well as in his writings on religion and his *Reasonableness of Christianity*, that his contribution to Whig culture – to say nothing of his true greatness as a mind – may best be found. (...) As a philosopher of toleration, Locke really was a pillar of the Whig order, which came to pair his name with that of Hoadly, while the epistemology of the *Essay* was clearly of incalculable if ambivalent importance in establishing that religiosity of the sociable man that we have seen to be the central theme of the latitudinarian counterrevolution. Here, it may some day be agreed, were Locke's true accomplishments as an ideologue as well as a philosopher; the *Treatises of Government*, when recognized as his, were swept along in the wake of this mighty work in a manner that has made their radicalism hard to recognize (POCOCK, 2002, p. 229).⁷

Nesse sentido, Pocock afirma que Locke pode ser considerado como um *First Whig* que nunca se tornou um *True Whig*, no sentido que Mark Goldie atribuiu a estes atores; Locke não contribuiu significativamente para o vocabulário desses *Whigs* senão na argumentação acerca da tolerância religiosa. Ele estava agindo em uma mesma linguagem, mas seus argumentos apresentam um radicalismo um tanto diferente do radicalismo *Whig*. É assim que o texto de Locke é visto por Pocock, à luz de seu contexto: trata-se de um ato de fala que reage diante de certos fatos buscando modificá-los, mas

⁷ “A carreira de Locke como um ativista teórico e literário na década de 1680, evidentemente, era muito diferente do que foi na década de 1690, e a publicação anônima dos *Tratados* parece mais um fim que um começo. Em um curto espaço de tempo, ele publicou a *Carta sobre Tolerância* e o *Ensaio sobre o Entendimento Humano* (ele chegou a admitir a autoria deste último), e aqui está, bem como em seus escritos sobre religião e em seu *Reasonableness of Christianity*, que sua contribuição para a cultura *Whig* – para não falar de sua verdadeira grandeza como pensador – pode ser mais bem encontrada. (...) Como um filósofo da tolerância, Locke realmente foi um pilar da ordem *Whig*, e chegou a emparelhar o seu nome com o de Hoadly, enquanto a epistemologia do *Ensaio* era claramente de importância incalculável para estabelecer a religiosidade do homem sociável que vimos ser o tema central da contra-revolução latitudinária. Aqui, pode-se chegar a um consenso algum dia, estavam as verdadeiras realizações de Locke como um ideólogo e como um filósofo; os *Tratados sobre o Governo*, quando reconhecidos como seus, foram arrastados na esteira deste grande trabalho de uma maneira que fez com que seu radicalismo ficasse difícil de reconhecer” (POCOCK, 2002, p. 229). [Tradução minha].

apresentando diferenças significativas. De um modo específico, Locke apropria-se de uma *langue* para propor uma inovação, algo que Pocock quer expor a partir da contextualização dos atos de fala de Locke diante dos acontecimentos, principalmente das ações de Carlos II, que as diversas *paroles* queriam modificar.

The practical situation also includes linguistic situation: that arising from the constraints and opportunities imposed on the author by the language or languages available for him to use, and it is often – perhaps predominantly – within this context (or sector of the context) that the historian of discourse sees the author’s “move” performed. Languages are the objects as well as the instruments of consciousness, and the public speech of a society commonly includes second-order languages in which the actors comment upon the languages they are otherwise using. To the extent to which this happens, language is objectified as part of the practical situation, and an author “making a move” in response to some practical necessity may not merely be using some language in a new way, but proposing that it be used in a new way and commenting on the language uses of his society, or even on the character of language itself. It is at this point that the historian of discourse must see philosophy and practice as coexisting rather than as separable: Hobbes or Locke as both philosopher and pamphleteer (POCOCK, 2002, p. 15).⁸

Pocock aprofunda-se no texto de Locke ponderando o contexto de sua criação e de sua publicação, a fim de decifrar uma sublinguagem que se apresenta na direção dos problemas que seus contemporâneos, *Whigs*, também trataram e que é empregada no momento do debate inglês acerca da soberania e acerca do funcionamento das instituições caracterizadas por ela. A

⁸ “A situação prática inclui também a situação lingüística: as que decorrem das restrições e oportunidades impostas ao autor pela linguagem ou linguagens disponíveis para usar, e é freqüente – talvez predominantemente – dentro deste contexto (ou parte do contexto) que o historiador do discurso vê a “ação” do autor realizar-se. Linguagens são objetos bem como instrumentos de consciência, e o discurso público de uma sociedade geralmente inclui linguagens de segunda ordem nas quais os atores comentam sobre as linguagens que estão utilizando. Na medida em que isso acontece, a linguagem é objetivada como parte da situação prática, e um autor “agindo” em resposta a alguma necessidade prática pode não apenas estar usando alguma linguagem num novo modo, mas propondo que ela seja usada num novo modo e comentando sobre os usos da linguagem em sua sociedade, ou mesmo sobre o caráter da própria linguagem. É nesse ponto que o historiador do discurso deve ver a filosofia e a prática como coexistentes e não como separadas: Hobbes e Locke tanto como filósofos quanto como panfletários” (POCOCK, 2002, p. 15). [Tradução minha].

linguagem que Locke emprega já estava em uso no seu contexto; ela foi utilizada e continuou a ser utilizada para enunciar diversas intenções; Pocock mostra como ele tomou a linguagem de outros e usou-a para seus próprios fins e, ao mesmo tempo, atuou sobre esta linguagem induzindo mudanças em seu uso.

Pocock demonstra seu método na prática de seu trabalho, e assim aponta que o foco do pesquisador deve ser não meramente o texto particular, mas as convenções predominantes que governam o tratamento das questões com os quais o texto está preocupado. As intenções de um autor devem ser reconhecidas como intenções para sustentar uma posição particular e o entendimento acerca do que um autor deva estar fazendo ao utilizar algum conceito requer a compreensão da natureza e alcance de coisas que reconhecidamente pudessem ter sido feitas pelo uso daquele conceito particular, no tratamento daquele tema particular. Disso resulta a afirmação da inexistência de elementos atemporais na história do pensamento político e a ideia de que na interpretação de textos clássicos deve-se levar em conta que um autor sempre compartilha convenções linguísticas específicas para seu contexto: as palavras também são ações, e isso implica que a compreensão do significado de um texto está inteiramente relacionada com a reconstituição daquilo que o autor está fazendo ao dizer o que disse, e com a ideia de que as intenções de um determinado autor sempre se dão em seu contexto linguístico. Conhecer a intenção do autor é conhecer o significado do que ele escreveu, portanto, trata-se de recuperar as intenções ilocucionárias dos autores clássicos, que precisaram recorrer a certa linguagem para que seus esforços comunicativos atingissem seus objetivos.

Referências

- ARAÚJO, Cícero: Apresentação: um “giro lingüístico” na história das idéias. In: *Linguagens do ideário Político*. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 9-22.
- LASLETT, P. Introdução. In: LOCKE, John. *Dois Tratados sobre o Governo Civil*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- LOCKE, John. *Dois Tratados sobre o Governo Civil*. Trad. Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- POCOCK, John; SCHOCHE, Gordon. Interregnum and Restoration. In: *The Varieties of British Political Thought, 1500-1800*. Cambridge; Cambridge University Press, 1993.
- POCOCK, John. O conceito de linguagem e o métier d'historien. In: *Linguagens do ideário Político*. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 63-82.
- POCOCK, John. *Virtue, Commerce, and History*. Essays on Political Thought and History, Chiefly in the Eighteenth Century. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

